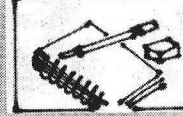


ITEM	REGRA	CONSEQUÊNCIAS
Salário 	Reajuste anual nas datas-base. Patrões e empregados negociarão o reajuste livremente. Pode ser garantido o repasse do resíduo do IPC-r.	As categorias com sindicatos mais fortes devem conseguir aumentos melhores. Entretanto, isso pouco adiantará se a empresa estiver em crise, pois ela terá que conter salários e até demitir.
Salário Mínimo 	Deve ter uma política especial. A determinação do presidente Fernando Henrique é de que tenha aumento acima da inflação.	Os trabalhadores que recebem o mínimo certamente terão melhor poder aquisitivo em 1º de maio de 1996 do que tinham em 1º de maio passado (data-base).
Salário do Servidor 	Não será definido agora. Malan e Serra defendem aumento salarial vinculado ao incremento da arrecadação. Bresser é contra. Quer uma garantia mínima.	A maioria dos servidores só tem a perder. Deverão estar atentos para a queda-de-braço ministerial que acontecerá no 2º semestre. A data-base é 1º de janeiro.
Salário das Estatais 	Seguirá a mesma regra do item "salários", só que o patrão é o governo.	Mesmo com sindicatos fortes, deverão conseguir, em geral, reajustes próximos à variação da inflação. A ordem é conter custos. A vigilância do Ministério do Planejamento sobre os acordos está severa.
Aluguel 	1) Só poderão ser reajustados anualmente. 2) Proprietário e inquilino definirão no contrato o índice de reajuste. 3) Prevalece a Lei do Inquilinato, que prevê contratos de 30 meses.	Se a inflação continuar caindo, os inquilinos só têm a ganhar. A oferta de imóveis está aumentando, porque o valor do aluguel não é corroído pela inflação, o que atrai os proprietários. Com maior oferta, o preço tende a cair.
Mensalidade Escolar 	1) Reajuste anual na data-base dos professores. 2) Uma dessas regras será adotada: a) Aumento automático na data-base pelo mesmo reajuste salarial dos professores. Reajuste adicional só com autorização do Ministério da Fazenda, mediante apresentação de planilha de custos. b) Livre negociação.	Os pais devem perder se a livre negociação for adotada, porque formam a parte frágil nessa negociação.
FGTS 	O saldo deve passar a ser corrigido pela Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP) e não mais pela Taxa Referencial (TR).	Os trabalhadores perdem. A projeção da TR para este ano é de 38% ao ano e a da TJLP de 23%. Esta diferença é de 12% ao ano.
Caderneta de Poupança 	1) Será criada uma poupança vinculada de longo prazo para a compra da casa própria. Sua taxa de juros não será livre. 2) O governo pode deixar que os bancos definam, cada um, a taxa de juros de sua caderneta.	Quem sonha em comprar a casa própria terá mais uma opção de escolha. É um ganho. Resta saber se a idéia vai pegar. A competição nas cadernetas com taxas livres beneficiará o poupador, que deverá ganhar mais pela sua aplicação.
SFH 	Terá mais uma modalidade de financiamento: a poupança vinculada. Pode ter problemas se as taxas forem liberadas.	Hoje, muitos contratos habitacionais estão vinculados à TR mais 12%. Essa verba sai da poupança, que paga TR mais 6%. A liberdade aumentará as taxas. Os contratos novos ficarão mais caros e os velhos poderão ser repactuados.
Aposentadoria 	Continuarão vinculadas ao salário mínimo, porque esta é uma matéria constitucional. O IPC-r terá que ser substituído por outro índice, para que a Previdência faça os cálculos dos benefícios.	A perda ou ganho será estabelecida na Reforma Constitucional. É bom lembrar que, quanto menor o índice usado pela Previdência para fazer suas contas, menor será o benefício inicial do aposentado.